

PROCESSO SELETIVO ACT – EDUCAÇÃO BÁSICA REGULAR
EDITAL SED/SC N.º 3.021/2025
30 de novembro de 2025

NOME:

CARGO: **DIREITO**

LOCAL:

SALA:

INSTRUÇÕES

1) Conferência inicial

Verifique seu **nome e o(s) cargo(s) indicado(s)** da capa deste caderno e leia atentamente as instruções.

2) Composição do caderno *(confira após o início da prova)*

- Contém **30 (trinta) questões**, caso você esteja inscrito em **UMA** Área de Conhecimento.
- Contém **40 (quarenta) questões**, caso você esteja inscrito em **DUAS** Áreas de Conhecimento.
- Todas as questões são de múltipla escolha, com cinco alternativas cada (A, B, C, D e E).
- É permitido fazer anotações, cálculos, riscos e observações exclusivamente neste Caderno.

3) Cartão-Resposta

Confira se o seu **nome, número de inscrição, data de nascimento, CPF e cargo(s)** estão corretos. Caso identifique que o Cartão-Resposta não corresponde aos seus dados, comunique imediatamente ao fiscal **para que seja providenciada a substituição**. O fiscal não está autorizado a alterar informações impressas, e não serão aceitas reclamações posteriores. O preenchimento do Cartão-Resposta é de sua inteira responsabilidade. Não haverá substituição em caso de erro de preenchimento.

4) Material permitido

É obrigatório o uso exclusivo de caneta esferográfica fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.

5) Duração da prova

A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo destinado ao preenchimento do Cartão-Resposta.

6) Regras de saída

- Ao término da prova, entregue **obrigatoriamente** ao fiscal o Cartão-Resposta e este Caderno de Questões.
- A saída definitiva da sala somente será permitida após **1 (uma) hora** do início da prova.
- É permitido levar apenas a folha intermediária de respostas, localizada na última página deste caderno, desde que contenha exclusivamente as alternativas assinaladas, sendo vedadas quaisquer outras anotações.
- Os **3 (três) últimos candidatos** somente poderão se retirar da sala simultaneamente.

7) Assinaturas

Escreva seu nome completo e assine na capa deste Caderno, e assine também no local indicado no Cartão-Resposta.

BOA PROVA!

PROCESSO SELETIVO

Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina



Nome completo: _____

Assinatura: _____

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 01

(Correta: A)

As políticas contemporâneas de acessibilidade comunicacional representam uma complexa interface entre a garantia de direitos fundamentais, a ressignificação de conceitos pedagógicos tradicionais e a reconfiguração dos espaços escolares como ambientes democraticamente inclusivos. Nesse contexto, a implementação de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa em instituições escolares pressupõe uma compreensão multidimensional que ultrapassa a dimensão técnica ou assistencial. Analise as seguintes afirmativas sobre os fundamentos que subjazem às políticas de acessibilidade comunicacional:

I.A sustentabilidade de políticas de acessibilidade comunicacional em instituições escolares repousa fundamentalmente na consolidação de mudanças nas estruturas organizacionais e na alocação orçamentária contínua, sendo as transformações nas concepções pedagógicas e nas atitudes dos profissionais de educação - consequências naturais que emergem automaticamente da disponibilização de recursos materiais adequados e de ambientes fisicamente acessíveis.

II.Os sistemas de comunicação aumentativa e alternativa, quando implementados como estratégia integrada aos processos pedagógicos comuns e não como apêndice segregado, contribuem para a desconstrução de hierarquias cognitivas historicamente estabelecidas, permitindo que a escola reconheça múltiplas formas de expressão e compreensão como legítimas manifestações de pensamento e participação social.

III.A capacitação de profissionais de educação para atender pessoas com necessidades complexas de comunicação constitui responsabilidade compartilhada entre a administração pública e as instituições escolares, implicando não apenas em transmissão de procedimentos técnicos, mas também em reflexão crítica sobre concepções subjacentes de normalidade, deficiência e cidadania.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I, apenas.

Questão 02

(Correta: B)

A relação entre leitura, tecnologia e formação cidadã constitui uma das preocupações centrais da educação contemporânea no Brasil. Estudos recentes indicam transformações significativas nos hábitos de leitura e na

compreensão de textos, fenômeno que demanda reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas e as políticas educacionais. Nesse contexto, considerando a complexidade das dinâmicas entre leitura, tecnologia digital e desenvolvimento de competências para a cidadania plena, analise as seguintes afirmativas:

I.A deterioração dos hábitos de leitura entre os brasileiros está correlacionada a fatores de pobreza de tempo percebido e excesso de estímulos visuais de baixa complexidade em redes sociais. Uma resposta pedagógica efetiva seria intensificar programas de obrigatoriedade de leitura em sala de aula, estabelecendo controles avaliativos rigorosos sobre compreensão textual, pois a compulsão regulada pelo sistema escolar compensaria a falta de incentivo familiar e a ausência de hábito doméstico de leitura.

II.A formação de leitores proficientes depende de múltiplas dimensões que incluem a disponibilidade de espaços de acesso (como bibliotecas bem estruturadas), a transformação de concepções sobre leitura como experiência viva e emocional, e a mediação crítica dos professores que influenciam significativamente esse processo.

III.A integração responsável de plataformas interativas, jogos narrativos e recursos digitais às metodologias de ensino pode ampliar as possibilidades de compreensão textual e despertar interesse pela leitura, particularmente entre jovens imersos em ambientes de múltiplos estímulos e comunicação instantânea.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 03

(Correta: D)

O Sistema Nacional de Educação (SNE), sancionado em 2025 e regulamentado pela Lei Complementar n.º 220, institui mecanismos de articulação entre os entes federados para implementação integrada de políticas educacionais. Nesse contexto, a Lei prevê a criação de instâncias formais de diálogo e negociação entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite) e a Comissão Intergestores Bipartite da Educação (Cibe) funcionam como espaços estratégicos para pactuação de responsabilidades e prioridades. Ao encontro disso, considerando os objetivos do SNE e sua estrutura de governança colaborativa, as funções dessas comissões intergestoras articulam-se de modo a:

- (A) Articular iniciativas de integração entre entes federados e, ao mesmo tempo, facilitar que cada secretaria estadual e municipal mantenha autonomia administrativa completa na implementação de políticas, mesmo quando essas implementações não se alinhem aos padrões de qualidade pactuados nas comissões intergestoras.
- (B) Deliberar sobre os currículos e conteúdos específicos a serem ensinados em todas as escolas do Brasil, garantindo uniformidade pedagógica entre redes públicas e privadas em todo o território nacional.
- (C) Coordenar políticas educacionais através de comissões que definem marcos legais mínimos, mas transferem ao Ministério da Educação a decisão final sobre alocação de recursos e implementação de programas em estados e municípios.
- (D) Estabelecer espaços formais de diálogo, nos quais diferentes níveis de governo negociam responsabilidades, definem padrões mínimos de qualidade, calculam e aprovam metodologias de investimento por aluno (CAQ), além de promover continuidade das políticas educacionais independentemente de mudanças administrativas.
- (E) Implementar um modelo de pactuação no qual estados e municípios negociam responsabilidades formalmente, porém, as comissões intergestoras funcionam apenas em caráter consultivo, sem poder vinculante para aprovação de metodologias de custeio ou padrões educacionais.

Questão 04

(Correta: E)

A Lei n.º 15.240, de 2025, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ao reconhecer oficialmente o abandono afetivo como ato ilícito civil, estabelecendo que a omissão dos pais ou responsáveis no dever de garantir sustento, cuidado emocional e convivência familiar pode resultar em indenização. A lei define assistência afetiva como o contato e a visitação regular para acompanhar a formação psicológica, moral e social de crianças e adolescentes, incluindo orientação sobre escolhas educacionais e profissionais, apoio em momentos difíceis e presença física quando solicitado. Nesse contexto, a incorporação do abandono afetivo como ato ilícito civil no ordenamento jurídico brasileiro relaciona-se aos seguintes fundamentos educacionais:

- (A) Hierarquização de direitos em que provisão material e educação formal justificam a omissão de cuidado emocional e assistência afetiva.
- (B) Estabelecimento de responsabilidade exclusivamente penal para pais, transferindo para a justiça criminal o acompanhamento do bem-estar psicológico de estudantes que vivenciam abandono afetivo.
- (C) Centralização na escola de todas as funções de cuidado emocional que tradicionalmente cabem à família, redefinindo profissionais da educação como substitutos das relações familiares.

- (D) Separação absoluta entre responsabilidades familiares e escolares, impedindo que instituições educacionais interfiram em questões relacionadas a vínculos afetivos familiares.
- (E) Integração de cuidado emocional e convivência familiar como dimensões inseparáveis do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, reconhecidas como direitos que fundamentam competências socioemocionais e a formação moral.

Questão 05

(Correta: D)

A Lei n.º 15.231, de 2025, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, estabelecendo obrigações para estabelecimentos de ensino quanto à notificação de conselhos tutelares. As notificações abrangem casos de automutilação, tentativas de suicídio e suicídios consumados, bem como informações sobre alunos com faltas acima de 30% do permitido. Essa responsabilidade das escolas de comunicar situações de risco relaciona-se diretamente a princípios educacionais de:

- (A) Criminalização de comportamentos de automutilação e suicídio através de denúncias obrigatórias, permitindo ação punitiva contra estudantes em sofrimento psicológico.
- (B) Padronização nacional uniforme de protocolos sem considerar contextos locais, realidades culturais ou capacidades de implementação de redes de proteção em municípios.
- (C) Transferência exclusiva para conselhos tutelares e poder judiciário de toda responsabilidade relacionada a saúde mental de estudantes, desobrigando escolas de intervenção ou acompanhamento psicossocial.
- (D) Proteção integral da criança e adolescente mediante ação integrada entre instituições educacionais e órgãos de defesa de direitos, combinando vigilância preventiva com cuidado em saúde mental e reconhecimento de sinais de vulnerabilidade psicossocial.
- (E) Imposição de vigilância constante sobre estudantes sem diálogo ou consentimento informado de famílias, violando privacidade e confiança na relação escola-comunidade.

Questão 06

(Correta: C)

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) estabelece que educação em direitos humanos é mecanismo de fortalecimento da democracia, mediante promoção de respeito e garantia de direitos no ambiente escolar. Conforme debate de 2025, na Comissão de Direitos Humanos do Senado, essa educação combate discriminações estruturais (capacitismo, preconceitos), forma sujeitos de direitos, especialmente em populações vulnerabilizadas, e reconhece que "sem proteção não há

como aprender" – indicando que educação e segurança caminham entrelaçadas. Isso posto e considerando que a proteção integral de crianças e adolescentes requer articulação entre educação, segurança e acesso à justiça, a função da educação em direitos humanos nas escolas fundamenta-se em:

- (A) Articulação de direitos humanos com políticas de segurança que operem de forma paralela, em que escolas e órgãos de segurança funcionem independentemente nas comunidades escolares.
- (B) Implementação através de campanhas pontuais e eventos comemorativos, sem necessidade de integração curricular sistemática ou formação continuada de professores.
- (C) Reconhecimento de dignidade como condição para aprendizagem, mediante inclusão curricular, formação de mentalidade coletiva de solidariedade, e combate a discriminações estruturais através de políticas públicas integradas de proteção.
- (D) Tratamento de educação em direitos humanos como complemento opcional aos conteúdos tradicionais, sem alterar estruturas de gestão escolar ou políticas de permanência estudantil.
- (E) Desenvolvimento que considere demandas de grupos urbanos primeiro, adaptando currículos posteriormente conforme outras populações sinalizarem necessidades.

Questão 07

(Correta: E)

A Política Nacional de Educação Digital (PNED), instituída pela Lei n.º 14.533, de 11 de janeiro de 2023, estrutura-se em quatro eixos: inclusão digital, educação digital escolar, capacitação e especialização digital, e em Pesquisa e Desenvolvimento em TICs. O eixo de educação digital escolar busca garantir inserção da educação digital em todos os níveis e modalidades, estimulando letramento digital, pensamento computacional, cultura digital, direitos digitais e tecnologia assistiva. Conforme a legislação, essas competências devem integrar-se ao ensino fornecido pelo Estado. Nesse sentido, considerando que educação integral abrange todas as dimensões da vida humana e que letramento digital por si não garante formação integral, a articulação entre PNED e práticas pedagógicas progressistas deve reconhecer que:

- (A) Educação digital deve priorizar pensamento computacional e hardware, incorporando cultura digital e direitos digitais posteriormente, conforme capacidade técnica.
- (B) Letramento digital é suficiente para educação de qualidade quando combinado com plataformas públicas e acesso tecnológico universal para todos alunos.
- (C) Formação integral por tecnologias independe de políticas inclusivas robustas, sendo suficiente oferecer acesso à internet e competências mínimas de uso.

- (D) Domínio de ferramentas digitais constitui principal objetivo da PNED, compensando perdas educacionais de períodos não presenciais.
- (E) Letramento digital deve articular-se com reflexão crítica e consciência cidadã, mediado por professor comprometido com formação integral que transcenda preparação tecnicista.

Questão 08

(Correta: A)

Leia o excerto que segue:

"Entre input e resultado, há um mundo. E é importante lembrar que enquanto políticas e projetos têm começo, meio e fim, a implementação das práticas nas escolas é permanente. [...] A maioria dos desenhos de pesquisa avalia um determinado programa ou estratégia como se aquilo operasse de forma isolada, quando na realidade muitos fatores interagem no complexo processo social de educar seres humanos. [...] Não é a escola que precisa se adequar à pesquisa, mas a pesquisa que precisa considerar os entraves de diferentes naturezas que, por bem ou por mal, se materializam na escola" (Pereira, Cardoso e Piedra, 2025).

A partir da leitura do excerto, a avaliação de políticas e programas educacionais deve reconhecer que:

- (A) Implementação é permanente e complexa, interagindo múltiplos fatores sociais que exigem pesquisa responsiva aos entraves reais das escolas, não conformidade delas a padrões ideais.
- (B) Múltiplos fatores interagem na escola, permitindo que pesquisa estabeleça padrões ideais que, se não atendidos, indicam implementação inadequada independentemente de contextos locais.
- (C) Contextos escolares, embora diversos, permitem avaliação de programas através de protocolos padronizados que capturam elementos comparáveis entre diferentes realidades de implementação.
- (D) Pesquisa responsiva considera entraves escolares, mas a efetividade de programas permanece avaliável isoladamente quando metodologicamente bem controlada.
- (E) Ciclos de políticas e projetos (começo, meio, fim) estruturam também a implementação nas escolas, possibilitando avaliação ao término de cada fase definida formalmente.

Questão 09

(Correta: C)

Um estudo recente do Todos Pela Educação analisou dados de investimento por aluno em redes municipais brasileiras entre 2017 e 2023. A análise comparou municípios com níveis similares de investimento e identificou resultados educacionais bastante variados. Por exemplo, em municípios que investem entre R\$ 8 e R\$ 10 mil por aluno, o percentual de estudantes com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa e

Matemática varia de 1% a 100%. Além disso, os pesquisadores observaram que a relação entre investimento e qualidade educacional era mais forte em 2017 (cada mil reais adicional representava 3,19 pontos percentuais de melhora na aprendizagem adequada) e enfraqueceu consideravelmente em 2023 (1,37 pontos percentuais). Quando analisadores controlaram estatisticamente o nível socioeconômico dos municípios, o efeito do investimento caiu de 1,37 para praticamente zero (0,003 pontos percentuais).

Com base nessa evidência e considerando as responsabilidades da gestão educacional, a perspectiva que melhor fundamenta as políticas de financiamento educacional em contextos de desigualdade é:

- (A) Variações de desempenho entre municípios com investimento similar refletem primariamente diferenças na capacidade cognitiva dos estudantes, independente de qualidade gestora ou infraestrutura.
- (B) Aumento progressivo de investimento por aluno garante automaticamente melhoria proporcional na qualidade educacional, desde que os recursos sejam distribuídos equitativamente entre todos os municípios.
- (C) Qualidade educacional depende menos de volume isolado de recursos que de eficiência gestora articulada com políticas de equidade que compensem vulnerabilidades socioeconômicas, requerendo simultaneidade entre financiamento adequado, gestão democrática e estratégias de inclusão.
- (D) Redução de impacto entre 2017 e 2023 demonstra que a educação atingiu limites de qualidade possível; investimentos adicionais não produzem efeitos detectáveis em contexto algum de financiamento.
- (E) Fatores socioeconômicos explicam completamente os resultados educacionais, tornando investimentos adicionais desnecessários em municípios de menor renda até transformações econômicas estruturais.

Questão 10

(Correta: B)

Um estudo recente do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) revelou mudanças significativas nas práticas de acesso à internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos nas escolas brasileiras em 2025. O acesso à internet em ambientes escolares caiu de 51% em 2024 para 37% em 2025, redução atribuída principalmente à implementação de restrições ao uso de celulares nas escolas no início de 2025. Simultaneamente, o estudo identificou que 46% das crianças e adolescentes acessam a internet para visualizar conteúdo de influenciadores digitais várias vezes ao dia, com mais de 50% desse conteúdo relacionado a produtos de consumo, compras pela primeira vez ou jogos de apostas. Adicionalmente, cresceu o número de menores que nunca acessaram a internet (de 492.393 para 710.343 pessoas), sinalizando persistência de

desigualdades digitais mesmo com ubiquidade de dispositivos.

Considerando simultaneamente a queda de acesso à internet nas escolas, o crescimento de influência de conteúdo potencialmente danoso em ambientes não escolares e o aumento de exclusão digital, as estratégias pedagógicas e de gestão escolar que articulam melhor essas três dimensões são:

- (A) Redução do acesso à internet nas escolas, enquanto amplia investimento em infraestrutura digital comunitária extraescolar, considerando que responsabilidade por letramento digital deve ser distribuída entre múltiplos agentes sociais, não sendo concentrada na instituição escolar.
- (B) Restrição ao acesso de tecnologia nas escolas, complementada por letramento digital estruturado; diálogo mediado entre escola-família sobre práticas online; e políticas de inclusão digital que reduzam desigualdades de acesso, de modo que competências críticas se desenvolvam em ambiente educativo controlado e seguro.
- (C) Implementação de restrições equivalentes ao acesso em escolas e em ambientes domésticos, eliminando acesso a influenciadores digitais para toda população de 9 a 17 anos, considerando que proteção integral requer supressão de riscos em múltiplas camadas.
- (D) Reconhecimento que desigualdades digitais são inevitáveis; priorização da educação tradicional e manutenção das escolas como espaços livres de tecnologia, aceitando diferenças de letramento digital entre estudantes de diferentes contextos socioeconômicos.
- (E) Ampliação do acesso à internet nas escolas para que adolescentes desenvolvam autonomia digital, confiando que filtros técnicos de plataformas são suficientes para proteger contra conteúdo potencialmente danoso.

CONHECIMENTOS DA METODOLOGIA DA PRÁTICA DOCENTE

Questão 11

(Correta: C)

No campo das teorias contemporâneas do desenvolvimento cognitivo, os processos de aprendizagem podem ser compreendidos como:

- (A) Estratégias de interpretação que interrogam zonas de indeterminação epistêmica.
- (B) Processos de mediação que problematizam regimes de inteligibilidade.
- (C) Dinâmicas complexas de reorganização sistêmica que integram estruturas neurobiológicas, processos socioculturais e mecanismos de significação simbólica.
- (D) Dispositivos heurísticos de modulação das experiências de conhecimento.

- (E) Sistemas recursivos de interação que mapeiam dinâmicas de transformação cognitiva.

Questão 12

(Correta: D)

Uma professora da rede estadual planejou uma sequência didática sobre patrimônio cultural local que incluiria uma visita ao museu histórico da cidade. Durante o planejamento, ela considerou as dimensões pedagógicas dessa atividade extraescolar, as especificidades metodológicas da educação não formal e os desafios para sua efetivação. Ao fundamentar teoricamente sua proposta, a docente buscou compreender como os espaços extraescolares podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, assim como suas particularidades em relação ao ambiente escolar formal. Considerando as discussões acadêmicas contemporâneas sobre a utilização pedagógica de espaços extraescolares e as potencialidades das atividades de campo, é correto afirmar que:

- (A) A utilização pedagógica de espaços extraescolares apresenta maior efetividade quando realizada de forma espontânea e sem planejamento prévio detalhado, pois a flexibilidade metodológica característica desses ambientes demanda do professor uma postura de abertura às descobertas emergentes durante a visitação, priorizando a experiência sensorial dos estudantes em detrimento dos objetivos curriculares estabelecidos.
- (B) A relevância pedagógica das atividades extraescolares relaciona-se diretamente com a sofisticação tecnológica e a grandiosidade arquitetônica das instituições visitadas, sendo recomendável priorizar museus de grande porte e centros culturais dotados de recursos interativos avançados, em detrimento dos espaços culturais e naturais disponíveis no entorno imediato da escola.
- (C) As instituições museais e os espaços de educação não formal desenvolvem programas educativos estruturados segundo referenciais pedagógicos idênticos aos da educação formal, diferenciando-se desta fundamentalmente pela localização física das atividades, o que torna dispensável a articulação entre os objetivos da visitação e o planejamento curricular desenvolvido pelo professor em sala de aula.
- (D) Os espaços extraescolares, por não possuírem a rigidez dos currículos escolares, desfrutam de maior liberdade para abordar conteúdos de formas mais dinâmicas e interativas, promovendo experiências cognitivas, afetivas, culturais e sociais que enriquecem o ensino escolar, desde que o professor articule intencionalmente essas vivências com os objetivos de aprendizagem previstos em seu planejamento.

- (E) Os espaços extraescolares constituem ambientes de aprendizagem substitutivos à educação formal, devendo o professor optar estrategicamente entre o desenvolvimento de conteúdos em sala de aula ou em visitas externas, considerando que a sobreposição dessas estratégias caracteriza redundância metodológica que compromete a eficiência do tempo pedagógico disponível.

Questão 13

(Correta: D)

Durante uma reunião pedagógica, professores de uma escola estadual debatiam sobre as críticas recorrentes dos estudantes às aulas consideradas "chatas", "repetitivas" e "desinteressantes". Uma professora argumentou que tais manifestações não deveriam ser interpretadas como desinteresse ou apatia estudantil pela educação, mas sim como indicadores de demandas legítimas por transformações na organização escolar e nas práticas pedagógicas. Ela fundamentou sua posição em estudos recentes sobre protagonismo juvenil e participação estudantil, destacando a importância de compreender as críticas dos jovens como oportunidades para repensar a escola. Considerando as discussões acadêmicas contemporâneas sobre a relação entre juventude, participação e educação escolar, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.As críticas dos estudantes às atividades pedagógicas consideradas desinteressantes revelam o desejo de construir uma escola com relações menos hierarquizadas e conteúdos mais sintonizados com seu cotidiano, contrariando discursos que atribuem aos jovens apatia em relação à educação.

II.O envolvimento dos estudantes em processos de reivindicação e discussão sobre a escola materializa práticas de socialização política que transcendem o ambiente familiar, demonstrando que múltiplas instâncias contribuem para a formação de disposições relacionadas à participação coletiva.

III.A expressão de insatisfação dos estudantes com metodologias tradicionais decorre fundamentalmente da expansão do acesso ao ensino médio, que incorporou novos perfis discentes ainda não familiarizados com os códigos e rituais escolares historicamente consolidados pelas instituições educacionais.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
(B) III, apenas.
(C) I, II e III.
(D) I e II, apenas.
(E) II, apenas.

Questão 14

(Correta: A)

Em uma formação continuada sobre práticas pedagógicas na educação básica, professores de

diferentes áreas do conhecimento debatiam abordagens metodológicas para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem com seus estudantes. Uma das formadoras apresentou estudos contemporâneos sobre planejamento e organização do trabalho pedagógico, destacando a distinção entre práticas que privilegiam processos de construção de conhecimento e aquelas que se concentram em produtos finais isolados. Durante a discussão, foram apresentadas premissas fundamentais que orientam práticas pedagógicas mais significativas no desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. Considerando as discussões acadêmicas contemporâneas sobre metodologias de ensino e organização do trabalho pedagógico, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.As atividades de aprendizagem devem ser compreendidas como trabalho processual que demanda tempo, organizando-se em sequências didáticas com etapas sucessivas que desenvolvem uma trajetória rumo ao conhecimento sistemático e consciente de todos os movimentos exigidos até a concretização dos objetivos educacionais pretendidos.

II.As proposições de atividades pedagógicas devem ser apresentadas como problemas ou desafios investigativos, favorecendo que os estudantes estabeleçam conexões com experiências pessoais e culturais, em contraposição à apresentação de temas genéricos e abstratos com delimitação rígida de procedimentos e tempo de execução.

III.A valorização excessiva dos aspectos formais e estruturais na abordagem das atividades de ensino-aprendizagem representa avanço metodológico significativo, pois permite que os estudantes construam separadamente os elementos constitutivos do conhecimento para posteriormente organizá-los em sínteses lineares e sequenciais.

É correto o que se afirma em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.

Questão 15

(Correta: B)

Durante um encontro de formação continuada sobre o papel da escola pública, professores debatiam as transformações históricas da instituição escolar brasileira e os desafios contemporâneos da prática docente. Uma das formadoras apresentou reflexões sobre como a escola, ao longo de sua trajetória histórica, foi se modificando em resposta às demandas dos diferentes grupos sociais que buscavam acesso à educação. A discussão envolveu a análise de como as lutas por democratização do ensino contribuíram para transformações nas políticas educacionais e nas práticas pedagógicas. Considerando as discussões acadêmicas

sobre a função social da escola e os processos de democratização do ensino, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.A escola brasileira passou por transformações significativas ao longo de sua história, particularmente a partir das lutas sociais por ampliação do acesso à educação, que pressionaram por mudanças na legislação, nas políticas públicas e nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino.

II.Os processos de luta pelo acesso à educação revelam que, mesmo quando os resultados práticos não correspondem integralmente às expectativas iniciais dos grupos envolvidos, tais movimentos despertam nos sujeitos o reconhecimento do valor do conhecimento e o desejo legítimo pela aprendizagem como direito fundamental.

III.A efetivação de políticas educacionais inclusivas demanda a compreensão de que a participação ativa dos diversos segmentos da comunidade escolar na elaboração e execução das ações educativas contribui para a legitimidade e a adequação dessas políticas às necessidades reais dos estudantes e suas famílias.

É correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

Questão 16

(Correta: E)

Durante uma formação sobre práticas pedagógicas, professores discutiam estratégias para tornar o ensino mais efetivo. Uma formadora destacou que o planejamento docente deve considerar que a aprendizagem acontece por diferentes meios e que o professor precisa articular os conhecimentos prévios dos estudantes com os conteúdos escolares, utilizando metodologias variadas. Considerando os princípios da organização metodológica do ensino, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

I.O planejamento pedagógico deve reconhecer que os estudantes vivenciam experiências de aprendizagem em diversos contextos sociais, cabendo ao professor articular esses conhecimentos com os conteúdos curriculares por meio de estratégias diversificadas.

II.A prática docente sistemática e organizada na escola constitui elemento fundamental para o desenvolvimento de aprendizagens significativas, exigindo do professor domínio metodológico para mediar os processos de ensino-aprendizagem.

III.A utilização de múltiplas estratégias de ensino possibilita atender às diferentes formas de aprendizagem dos estudantes, contribuindo para a construção de conhecimentos de modo mais abrangente e contextualizado.

É correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

Questão 17

(Correta: E)

Durante o planejamento de uma unidade didática, um professor refletiu sobre como organizar atividades que desenvolvessem a autonomia intelectual dos estudantes. Ele considerou que a aprendizagem é um processo que envolve tempo, prática sistemática e adaptação, respeitando as diferentes formas e ritmos com que cada pessoa aprende. Ao estruturar sua proposta pedagógica, identificou elementos essenciais para esse desenvolvimento. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira:

Primeira coluna: dimensão formativa

1. Desenvolvimento de capacidades de pensamento
2. Cultivo de hábitos para o trabalho intelectual
3. Processo formativo pela experiência do estudo

Segunda coluna: característica

() Capacidade de análise, raciocínio e compreensão dos conteúdos estudados.

() Aprendizagem adquirida por meio de prática sistemática e processos individuais de adaptação.

() Formação que ocorre pela própria vivência do ato de estudar, transformando o sujeito.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 3 – 1.
- (B) 1 – 3 – 2.
- (C) 2 – 1 – 3.
- (D) 3 – 2 – 1.
- (E) 1 – 2 – 3.

Questão 18

(Correta: A)

Uma escola está revisando seu Projeto Político Pedagógico com o objetivo de tornar os processos de planejamento mais participativos e democráticos. A equipe gestora estudou propostas contemporâneas sobre práticas educacionais colaborativas que valorizam o envolvimento ativo de diferentes atores na construção coletiva de conhecimentos e ações. Durante os estudos, foram identificados três elementos fundamentais para processos educacionais verdadeiramente colaborativos e democráticos. Associe a segunda coluna de acordo com a primeira, relacionando os elementos a suas respectivas

características:

Primeira coluna: elemento

1. Participação
2. Cocriação
3. Corresponsabilidade

Segunda coluna: características

() Criação coletiva de novos significados e ações que surgem do conjunto de relações em processos fundamentados em estrutura participativa que estimula o envolvimento de grupos com diferentes expertises.

() Envolvimento e adesão em processos de construção de cidadania e promoção do protagonismo por meio de instâncias de diálogo e construção coletivas não excludentes.

() Compreensão dos efeitos das ações conjuntas e compromisso coletivo na geração de estruturas sociais e institucionais inclusivas e equitativas.

Assinale a alternativa que apresenta a correta associação entre as colunas:

- (A) 2 – 1 – 3.
- (B) 3 – 1 – 2.
- (C) 1 – 2 – 3.
- (D) 2 – 3 – 1.
- (E) 1 – 3 – 2.

Questão 19

(Correta: D)

Uma equipe de professores estava elaborando o Projeto Político-Pedagógico de sua escola e discutia sobre como garantir que o documento refletisse efetivamente os interesses e a diversidade da comunidade escolar. Durante os estudos, analisaram reflexões sobre qualidade social da educação e autonomia pedagógica. Considere as afirmativas sobre construção coletiva do projeto pedagógico apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() A qualidade social da educação efetiva-se de forma coletiva quando os usuários da escola participam diretamente de sua construção, podendo definir caminhos para efetivação do projeto pedagógico.

() A adoção de currículos únicos e padronizados em toda a rede escolar garante o direito de todos ao conhecimento nacional e estimula o processo criativo de produção de projetos pedagógicos.

() A construção do projeto pedagógico deve considerar as condições materiais de vida e a realidade dos estudantes como elementos fundamentais para uma educação crítica e emancipatória.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – F.

- (C) V – F – F.
- (D) V – F – V.
- (E) V – V – F.

Questão 20

(Correta: A)

Durante uma formação continuada, professores discutiam sobre a constituição da escola brasileira e os processos de acesso e permanência de diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Uma professora questionou se a presença de grupos historicamente excluídos nas instituições escolares ocorreu principalmente por políticas públicas de universalização do ensino ou se houve outras formas de relação desses grupos com a educação. A formadora apresentou diferentes perspectivas sobre como compreender essa questão. Considerando princípios de educação inclusiva e a formação docente, a compreensão que orienta adequadamente a prática pedagógica é:

- (A) O professor reconhece que diferentes grupos sociais agiram historicamente como protagonistas na busca pela educação, compreendendo que a relação com a escola não se limitou à incorporação passiva, mas envolveu iniciativas coletivas, organizações próprias e reivindicações por condições adequadas de ensino.
- (B) O professor deve compreender que a presença de pessoas de origens diversas na educação formal ocorreu principalmente por meio de iniciativas filantrópicas e beneficentes, que reconheceram a importância da instrução para a integração desses grupos à sociedade.
- (C) A formação docente se efetiva pela compreensão de que a escola brasileira historicamente ofereceu oportunidades equitativas de acesso e permanência, sendo as desigualdades educacionais atuais resultado de fatores externos ao sistema escolar e às políticas educacionais implementadas.
- (D) O ensino se organiza pelo reconhecimento de que o Estado foi o principal responsável pela democratização do acesso à educação, cabendo ao professor valorizar as políticas públicas que gradualmente incluíram diferentes grupos sociais no sistema escolar brasileiro.
- (E) A prática docente se fundamenta na compreensão de que a universalização da educação básica no século XX representou o momento inicial de acesso das camadas populares à escola, sendo este o marco que permitiu pela primeira vez a presença de grupos historicamente excluídos nas instituições de ensino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (DIREITO)

O texto seguinte servirá de base para responder à questão 21.

Questão 21

(Correta: E)

Indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais têm direito à permanência em seus territórios originários, que são as terras que geralmente ocupam. Cabe ao Estado demarcar as terras indígenas, mas, mesmo antes da demarcação, têm direito a um Atestado Administrativo e Reconhecimento de Limite, que vai servir para preservar a posse de indígenas dessas terras até que a demarcação seja realizada por decreto. As terras quilombolas têm procedimento semelhante, que é o Estudo do Componente Quilombola (ECQ). A realização do ECQ é crucial para a proteção dos direitos das comunidades quilombolas e para a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Esse Estudo assegura que os direitos das comunidades quilombolas sejam respeitados, especialmente no que diz respeito ao seu território e modo de vida; promove a participação ativa das comunidades nos processos de pedido de licenciamento ambiental, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam consideradas; identifica os impactos potenciais dos projetos de desenvolvimento e propõe medidas para reduzi-los, minimizando os efeitos negativos sobre as comunidades que habitam os territórios onde se propõe que haja empreendimento.

(Cartilha Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, dos Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania)

Considere as afirmativas relacionadas aos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) Desde 2008 é obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no ensino fundamental e médio, tanto em estabelecimentos públicos como privados.

(__) O Ensino Fundamental regular para povos indígenas, além de ser em português precisa utilizar a língua materna e os processos de aprendizado, lhes sendo garantidos os valores culturais e artísticos.

(__) Povos indígenas são relativamente incapazes, o que significa que, mesmo sendo maiores de idade, estão sob tutela do Estado, medida assegurada em lei em função de sua maior vulnerabilidade na sociedade.

(__) O Sistema Único de Saúde (SUS) tem um subsistema que é voltado para garantia de atenção à saúde indígena contemplando sua diversidade social, cultural, regional e política.

(__) Em que pese o reconhecimento do Estado da riqueza da diversidade de formação étnico-racial brasileira, ainda não há qualquer legislação que busque promover medidas para a garantia do povo quilombola no país.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – V – F – V.
- (B) F – F – V – F – F.
- (C) V – F – V – V – F.
- (D) V – V – F – F – V.
- (E) V – V – F – V – F.

Questão 22

(Correta: A)

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL."

(Preâmbulo, CRFB, 1988)

Como consta em seu Preâmbulo, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, institui um Estado Democrático de Direito. Logo no Título I, são elencados princípios fundamentais. Marque a alternativa em que constem apenas princípios fundamentais:

- (A) Soberania; Promoção do bem de todos sem qualquer discriminação; Prevalência dos Direitos Humanos.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional; Cidadania; Inviolabilidade da propriedade privada.
- (C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; Prevalência dos Direitos Humanos; Planos de carreiras para servidores públicos.
- (D) Educação, Saúde, Alimentação, Trabalho, Moradia.
- (E) Soberania; Cidadania; Possibilidade de que brasileiros naturalizados candidatem-se à Presidência da República.

Questão 23

(Correta: A)

"O direito ao trabalho decente passa pela proibição da exploração, do trabalho forçado e análogo à escravidão, da igualdade de oportunidades para pessoas de diferentes raças, gêneros, etnias, orientações sexuais, identidades de gênero e capacidades físicas. Isso envolve a promoção de oportunidades para que homens, mulheres e pessoas não-binárias obtenham um trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas, sendo considerado que a redução das desigualdades sociais, a garantia do desenvolvimento sustentável e das condições que permitem uma real democracia são fundamentais para a superação da pobreza."

(Cartilha Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Segurança Nacional, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania)

Considere as afirmativas relacionadas aos direitos das pessoas trabalhadoras no Brasil apresentadas a seguir. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

() É livre a associação sindical, como reza o Art. 8º, da Constituição Federal. Isso significa que é permitida a criação de várias organizações sindicais para representar uma categoria profissional, ainda que no mesmo município.

() Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são um princípio fundamental do Estado Democrático de Direito.

() Apesar de ser vedada a discriminação pela Constituição Federal, essa regra só vale para o Poder Público, assim, uma empresa privada pode selecionar candidatos a partir de critérios raciais ou de gênero.

() A Licença e o Salário-Maternidade podem ser estendidos em até 120 dias, que serão somados aos 120 dias já previstos, quando a mãe ou o recém-nascido necessitarem de internação por mais de duas semanas por complicações no parto.

() Os salários são irredutíveis, mesmo que haja acordo entre empregado e empregador.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) F – V – F – V – V.
- (B) V – V – F – F – V.
- (C) F – F – V – F – V.
- (D) F – F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F – F.

Questão 24

(Correta: A)

A Lei do Jovem Aprendiz, Lei n.º 10.097/2000, estabelece que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens de determinada idade para programas de aprendizagem profissional, com uma cota de 5% a 15% das vagas. Marque a alternativa a seguir que caracteriza esse programa:

- (A) Trata-se de um contrato de trabalho especial e por prazo determinado para jovens entre 14 e 24 anos, no qual se combina a formação técnico-profissional metódica, teórica e prática.
- (B) Trata-se de um contrato de trabalho especial e por prazo determinado para jovens entre 14 e 18 anos, não podendo nunca ultrapassar essa idade e no qual se combina a formação técnico-profissional teórica e prática.

- (C) Por se tratar de um contrato especial, jovens portadores de deficiência física não estão incluídos nessa lei, uma vez que se trata de jovens com necessidades específicas e que precisam de maior amparo e acompanhamento pelo Estado, quando empregados, para garantir que não fiquem em condição de vulnerabilidade.
- (D) A comprovação por um jovem de participar de Programa Jovem Aprendiz (ter contrato de trabalho da Lei da/do Jovem Aprendiz) serve para justificar ausência em atividades escolares.
- (E) A jornada diária de trabalho da/do Jovem Aprendiz idealmente é de 8 horas, mas essa regra pode ser flexibilizada desde que haja pagamento de hora extra ou banco de compensação de horas.

Questão 25

(Questão anulada)

Considerando a estrutura hierárquica das leis no ordenamento brasileiro, marque a alternativa que melhor representa essa hierarquia, partindo do topo para a base:

- (A) Constituição Federal, Tratados Internacionais, Leis Complementares, Leis Ordinárias, Decretos Legislativos, Medidas Provisórias, Decretos e Regulamentos do Poder Executivo.
- (B) Constituição Federal, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos Legislativos, Medidas Provisórias, Decretos e Regulamentos do Poder Executivo.
- (C) Constituição Estadual, Constituição Federal, Leis Orgânicas Municipais, Leis Ordinárias, Medidas Provisórias, Regulamentos do Poder Executivo.
- (D) Tratados Internacionais, Constituição Federal, Medidas Provisórias, Decretos e Regulamentos do Poder Executivo, Decretos Legislativos, Leis Ordinárias.
- (E) Constituição Federal, Decretos e Regulamentos do Poder Executivo, Leis Ordinárias, Leis Complementares, Decretos Legislativos, Medidas Provisórias.

Questão 26

(Correta: D)

Considerando a formação histórica do trabalho, marque a alternativa correta:

- (A) O trabalho infantil no Brasil é aquele realizado por crianças com menos de 14 anos. Sua prática é proibida no Brasil, exceto no meio rural, onde é permitido que crianças de qualquer idade trabalhem junto aos pais ou responsáveis legais.

- (B) Os direitos das/os trabalhadoras/es domésticas/os foi uma grande conquista dessa classe de trabalhadoras/es, reconhecida pelo Estado na forma de Emenda Constitucional em 2013. Sua regulamentação, no entanto, não foi completa, tendo ficado de fora a delimitação de jornada de trabalho e do pagamento de horas extras; assim, trabalhadoras/es domésticas/os não têm o limite de 8 horas de trabalho em jornada normal e não ganham adicional por hora extra.
- (C) A Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) foi um importante marco brasileiro ao enunciar os direitos e deveres de empregados e empregadores. Essa foi uma Lei do cenário democrático brasileiro, promulgada em 1988, complementando a Constituição da República Federativa do Brasil.
- (D) O Dia Internacional da Mulher surgiu de movimentos trabalhistas feministas no final do século XIX e início do século XX, que buscavam, principalmente, melhores condições de trabalho, igualdade salarial e direitos políticos das mulheres. A data de 8 de março foi escolhida, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), por diversos fatores, sendo um deles, o de manter viva a memória e prestar homenagem a 130 mulheres que morreram carbonizadas em uma fábrica de indústria têxtil em Nova York, em 1911, e outro sendo o movimento "Paz, terra e pão", de 1917, no qual mulheres russas protestavam contra a fome e a austeridade do regime czarista.
- (E) O Brasil tem um grande fluxo migratório interno voltado para o trabalho. Não raro esses deslocamentos são negociados entre empregador (ou alguém que o represente) e empregado e os custos são arcados pelo empregador. Com isso, empregados já chegam ao local de trabalho com dívidas. Como é direito de toda pessoa credora receber o pagamento do que lhe é devido, é perfeitamente permitido que esses empregadores restrinjam a locomoção dos empregados enquanto não saldarem suas dívidas.

Questão 27

(Correta: D)

Considere a estrutura do sistema de justiça do trabalho e as instituições que nele atuam em defesa dos direitos trabalhistas. Registre V, para verdadeiras, e F, para falsas:

(__) A estrutura da Justiça do Trabalho é composta pelas Varas do Trabalho (1ª instância); Tribunais Regionais do Trabalho (2ª instância) e Tribunal Superior do Trabalho (instância máxima da justiça trabalhista).

(__) As Defensorias Públicas estaduais atuarão nos processos trabalhistas para prestar assistência jurídica a trabalhadoras/es hipossuficientes.

(__) O Ministério Público do Trabalho atua na defesa de direitos fundamentais trabalhistas, promovendo ações coletivas e fiscalizando o cumprimento da legislação trabalhista.

() A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho tem função meramente administrativa, servindo apenas para montar a agenda diária de juízas e juizes do Trabalho.

() Caso envolva uma questão constitucional, uma causa trabalhista pode ser levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que é considerado o Guardião da Constituição Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- (A) V – V – F – F – V.
- (B) F – F – V – F – V.
- (C) F – V – V – V – F.
- (D) V – F – V – F – V.
- (E) V – F – F – V – F.

Questão 28

(Correta: D)

A formação técnica e profissional no eixo tecnológico de Gestão e Negócios, particularmente na interface com conhecimentos jurídicos fundamentais ao mundo do trabalho, deve contemplar a compreensão das relações sociojurídicas na sociedade contemporânea. Analisando os fundamentos do Novo Ensino Médio e os objetivos dos itinerários formativos para a área, a perspectiva que caracteriza adequadamente essa formação é:

- (A) A capacitação em sistemas informatizados de gestão jurídica empresarial, integrando ferramentas de controle documental, prazos processuais e conformidade legal com tecnologias de gestão organizacional.
- (B) A formação em procedimentos jurídico-administrativos típicos das atividades empresariais, integrando conhecimentos sobre contratos, obrigações trabalhistas e aspectos tributários aplicados à gestão organizacional.
- (C) O estudo sistemático da legislação aplicável aos setores produtivos regionais, desenvolvendo capacidade de interpretação normativa para adequação das práticas empresariais aos dispositivos legais vigentes.
- (D) A apropriação de fundamentos jurídicos articulados à análise das dinâmicas sociais e políticas, promovendo compreensão crítica das normas que regulam trabalho, direitos fundamentais e organização social.
- (E) O desenvolvimento de competências para análise de textos normativos relacionados ao exercício profissional, articulando interpretação legal com práticas de compliance e gestão de riscos jurídicos.

Questão 29

(Correta: C)

O ensino de fundamentos jurídicos nas trilhas de aprofundamento da Educação Profissional e Tecnológica, conforme o Currículo Base do Ensino

Médio do Território Catarinense – Caderno 5, deve contribuir para uma formação integral e crítica do estudante. Nesse sentido, a abordagem pedagógica mais coerente consiste em:

- (A) Promover o domínio técnico dos instrumentos jurídicos formais, assegurando o conhecimento preciso das sanções e obrigações civis e trabalhistas em vigor.
- (B) Privilegiar o estudo sistemático das normas legais aplicáveis ao trabalho e à vida social, enfatizando a segurança jurídica como eixo estruturante da convivência cidadã.
- (C) Desenvolver a compreensão dos direitos como construções históricas e sociais em constante disputa, articuladas à dignidade humana, à cidadania e à análise crítica das relações de poder presentes no território.
- (D) Integrar conteúdos de legislação, moral e ética em situações simuladas de resolução de conflitos, priorizando a aplicação prática das normas jurídicas no cotidiano escolar.
- (E) Valorizar a ética profissional e o cumprimento das leis como base para o exercício da cidadania, enfatizando o comportamento responsável e a harmonia social.

Questão 30

(Correta: D)

Os cursos técnicos na área de Direito devem estruturar-se considerando os fundamentos da Educação Profissional e Tecnológica. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais e normas complementares de Santa Catarina, o planejamento curricular deve considerar essencialmente:

- (A) Estruturação curricular direcionada ao atendimento das demandas do mercado advocatício sem articulação com dimensões culturais.
- (B) Instrumentalização técnica focada na aplicação normativa imediata sem contextualização dos fundamentos éticos e políticos.
- (C) Organização de conteúdos jurídicos sequenciais priorizando memorização de legislação específica sobre desenvolvimento de competências.
- (D) Domínio intelectual das tecnologias jurídicas permitindo desenvolvimento profissional autônomo e capacidade de mobilização de conhecimentos para novas competências.
- (E) Formação baseada na transmissão de procedimentos judiciais padronizados desconsiderando princípios da cidadania democrática.

FOLHA INTERMEDIÁRIA DE RESPOSTAS

Questões	Respostas				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

Questões	Respostas				
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

Questões	Respostas				
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E

INFORMAÇÕES

O inteiro teor da prova e o gabarito preliminar serão divulgados até as **20h do dia 01 de dezembro de 2025**, no endereço eletrônico concursos.furb.br, na Área do Candidato.

O candidato que tiver qualquer discordância em relação às questões da Prova Objetiva ou ao gabarito preliminar divulgado poderá interpor recurso no período compreendido entre **00h00min01seg do dia 02 de dezembro de 2025 e 23h59min59seg do dia 03 de dezembro de 2025**.

30 de novembro de 2025